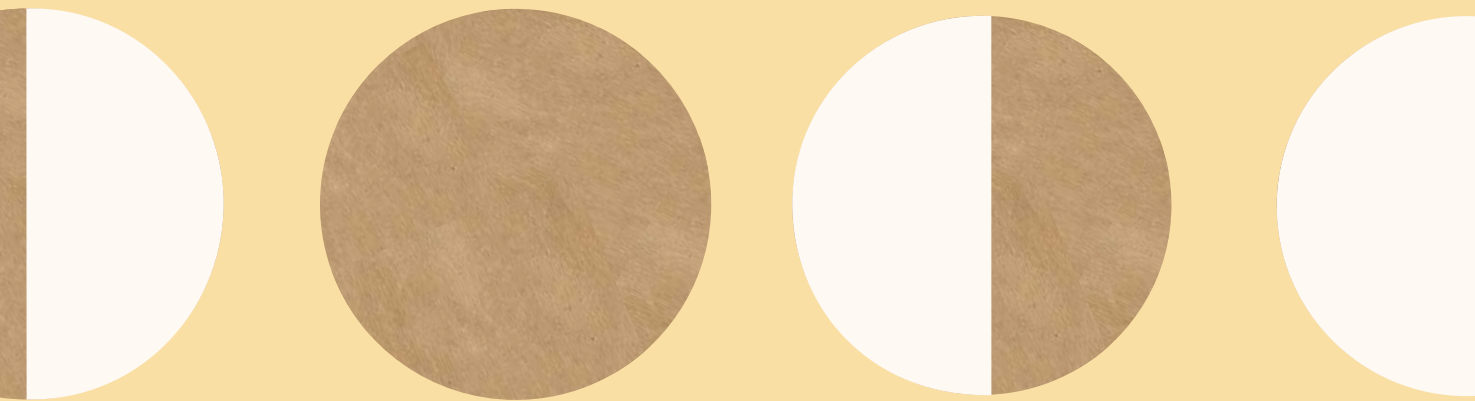

REVISTA DA PLATAFORMA
PORTUGUESA DAS ONGD

Edição nº 25 . novembro 2022

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA GLOBAL EM TEMPOS DE MUDANÇA



ONGD
PLATAFORMA . PORTUGUESA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

*Educação para o Desenvolvimento e a
Cidadania Global em tempos de mudança*

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Plataforma Portuguesa das ONGD

CONSELHO EDITORIAL

Ana Patrícia Fonseca, Berta Silva, Carlota Bicho,
Cármem Maciel, Joana Clemente, Luciana Almeida,
Mariana Esteves, Paula Aço, Rita Leote, Tomás Nogueira

COLABORADORES NESTA EDIÇÃO

Alexandra Silva, Ana Isabel Castanheira,
Carlota Quintão, Eliana Madeira, Joana Marques,
La Salete Coelho, Luísa Teotónio Pereira,
Miguel Carvalho da Silva, Mónica Frechaut,
Mónica Lourenço, Mónica Santos Silva
Sérgio Xavier, Teresa Alvarez

DESIGN GRÁFICO

Ana Grave

CAPA

Inês Silva

ISSN

2182-8199

DATA

novembro 2022

CONTACTOS

Plataforma Portuguesa das ONGD
Rua Aprígio Mafra, nº17, 3º Dto
1700-051 Lisboa, Portugal
Tlf +351 218872239
info@plataformaongd.pt
www.plataformaongd.pt
www.facebook.com/PlataformaONGD

*A Plataforma Portuguesa das
Organizações Não-Governamentais para
o Desenvolvimento é uma associação
privada sem fins lucrativos que representa
um grupo ONGD registadas no Ministério
dos Negócios Estrangeiros. A Plataforma
das ONGD tem por missão contribuir para
melhorar e potenciar o trabalho das suas
Associadas, a nível institucional, político,
legislativo, financeiro e social, promovendo
uma cultura de partilha, de parceria,
de responsabilidade e de excelência na
organização e nas práticas das ONGD
Portuguesas que trabalham para um
mundo mais justo e equitativo nas áreas
da Cooperação para o Desenvolvimento,
da Ação Humanitária e de Emergência e
da Educação para o Desenvolvimento e a
Cidadania Global.*

ÍNDICE

04

EDITORIAL

GRUPO DE TRABALHO DE EDCG
DA PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA AS ONGD

06

ENED. 15 ANOS DE CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO PARA A ED EM PORTUGAL

LA SALETE COELHO
E MÓNICA LOURENÇO

12

A DESRADICALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

SÉRGIO XAVIER

16

NÃO HÁ JUSTIÇA CLIMÁTICA SEM JUSTIÇA SOCIAL

ANA ISABEL CASTANHEIRA
E MÓNICA SANTOS SILVA

20

LENTE DE EDCG PARA ENFRENTAR AS DESIGUALDADES GLOBAIS: DOS CONSENSOS AOS DISSENSOS

CARLOTA QUINTÃO
E JOANA MARQUES

24

MIGRAÇÕES FORÇADAS E O PAPEL DA EDCG

MONICA FRECHAUT

26

IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS, RAPARIGAS E RAPAZES: UM PRINCÍPIO E UM FIM DA ECG?

ALEXANDRA SILVA
ELIANA MADEIRA
LA SALETE COELHO
TERESA ALVAREZ

30

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO GLOBAL NA COMPLEXA DINÂMICA DOS DESAFIOS ATUAIS

MIGUEL CARVALHO DA SILVA

34

À CONVERSA COM LUÍSA TEOTÓNIO PEREIRA

ENTREVISTA REALIZADA
POR RITA LEOTE

38

RECURSOS

EDITORIAL

GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO E A
CIDADANIA GLOBAL DA PLATAFORMA
PORTUGUESA DAS ONGD

Dizemos hoje que o mundo é mais complexo, volátil, ambíguo e incerto, pode ser encarado como um falso pressuposto por muitos e muitas que se têm preocupado com o estado do mundo ao longo das últimas décadas. Na verdade, se retrocedermos 50 anos e analisarmos os desafios do desenvolvimento e do futuro que se impunham na altura, possivelmente encontraremos angústias e preocupações globais semelhantes às dos dias de hoje, mas a questão sobre a qual devemos refletir é se as respostas, e mesmo as perguntas, são as mesmas. A preocupação com a mudança sistémica e de transformação social para a Justiça Global mantém-se, ainda que a expressão dos desafios possa ser mais evidente e mais urgente. A principal diferença reside precisamente na forma como são encarados os desafios. Primeiramente, porque o conhecimento e a informação que existem atualmente são mais abrangentes e acessíveis. Segundo, porque as pessoas, por esse motivo, dispõem de mecanismos que lhes permitiriam ser mais conhecedoras e informadas, mais exigentes, mais interligadas, mais globalizadas. Então, se assim é, porque nos deparamos com o mesmo desafio de transformação sistémica que se colocava no passado? O que tem falhado consecutivamente para que tal tivesse acontecido?

Certamente que não é fácil operar para a transformação num contexto de constante mudança, e nem mesmo as melhores ferramentas de previsibilidade podem ajudar-nos a compreender o que acontecerá amanhã. Reconhecemos hoje que o mundo se encontra em colapso ambiental, que o crescimento económico infinito é uma impossibilidade, que as desigualdades nas suas várias dimensões aumentaram, e que dependemos demasiado de megatendências para ter sucesso numa ação coletiva, organizada e globalmente impactante.

Podemos questionar se os sistemas educativos que deveriam contribuir para informar e capacitar os e as jovens para agir de uma forma globalmente consciente, cívica e responsável, foram eficientes e eficazes na criação de gerações capazes de atuar sobre o cenário global e sobre a complexidade. Ou se é dada suficiente importância a uma educação que seja transformadora, radical, sistémica, interseccional, uma educação para o desenvolvimento e para a cidadania global.

Pretendemos com esta revista colocar algumas destas questões difíceis, refletir sobre respostas não lineares, procurando soluções que não sejam padronizadas. O nosso propósito é o de criticamente olhar para o papel da Educação para o Desenvolvimento a Cidadania Global (EDCG) como uma abordagem desconstrutiva, crítica e capaz de nos fazer ter a coragem de ir mais além.

Para tal contamos com o contributo de várias pessoas envolvidas nestas reflexões, que nos ajudam a problematizar, não apenas o contexto económico, político, social, ambiental, mas também o trabalho que, como sociedade civil, desenvolvemos, e que nos recordam que o questionamento aprofundado sobre a causa dos problemas deve ser constante e abordado de uma forma radical.

Precisamos não apenas de reconhecer as crises existentes e como é que as mesmas promovem as desigualdades que procuramos extinguir, mas também de entender as limitações existentes impostas pelos desafios atuais, como as alterações climáticas, os conflitos armados, a subordinação nas relações de poder, as quais por exemplo colocam as mulheres e as raparigas em permanente vulnerabilidade, o aumento da descrença coletiva nos sistemas democráticos e nas políticas públicas.

Algumas reflexões trazidas pelos/as nossos/as convidados/as apresentam-nos pistas e orientações futuras sobre a importância da desconstrução das narrativas, dando voz a quem importa ouvir, e procurando resistir à tendência da normatização; relembram-nos da importância de aprendermos a viver na pluralidade que caracteriza as nossas sociedades e de questionar os paradigmas que são impostos; da importância da compreensão dos fenómenos e de um posicionamento informado e responsável; e demonstram-nos que a abordagem da EDCG tem um contributo fundamental para a interpretação do mundo em que vivemos e para a construção de um mundo com que sonhamos.

ENED.

15 ANOS DE CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO PARA A ED EM PORTUGAL

LA SALETE COELHO

-

Centro de Estudos Africanos da Universidade do
Porto e Instituto Politécnico de Viana do Castelo

MÓNICA LOURENÇO

-

Universidade de Aveiro

A Educação para o Desenvolvimento ¹(ED) é um processo de aprendizagem ao longo da vida comprometido com a educação integral das pessoas, com o desenvolvimento do questionamento crítico e eticamente informado e com a participação cidadã. Surgida da convergência entre perspectivas teóricas e agendas de intervenção, a ED tem como fim

último a transformação social no combate às desigualdades estruturais de poder e riqueza que existem (e subsistem) à escala planetária, bem como aos mecanismos que as perpetuam. A ED é, portanto, um conceito multidimensional com implicações pedagógicas, políticas, práticas, culturais e éticas. A nível pedagógico, a ED configura um processo de aprendizagem que sensibiliza e promove o questionamento crítico; a nível político, a ED consciencializa e mobiliza para a transformação social tanto no plano coletivo, como no plano individual; a nível cultural, a ED compromete-se com o reconhecimento, valorização e preservação da identidade e da diversidade culturais; por fim, a nível ético, a ED baseia-se em princípios e valores de justiça, equidade, solidariedade, inclusão, interculturalidade e sustentabilidade, assumindo-se como uma perspectiva educativa marcadamente ideológica.

A ED TEM COMO FIM ÚLTIMO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS DE PODER E RIQUEZA QUE EXISTEM (E SUBSISTEM) À ESCALA PLANETÁRIA, BEM COMO AOS MECANISMOS QUE AS PERPETUAM



¹ Apesar de utilizarmos neste texto o termo de Educação para o Desenvolvimento, expressão eleita no quadro estratégico nacional, importa salientar a variedade conceitual em torno destas temáticas. Nas mais recentes discussões salientam-se: *Educação Global*, expressão cunhada em 1989 pelo Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, e disseminado, sobretudo pelo GENE – Global Education Network Europe; *Aprendizagem Global*, expressão utilizada sobretudo nos países do Norte da Europa desde a década de 90; *Educação para a Cidadania Global*, expressão surgida no âmbito da UNESCO e destacada na meta 4.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; ou *Educação para a Cidadania Planetária*, expressão mais utilizada na América Latina, numa linha freiriana.. Esta multiplicidade de conceitos pode ser justificada pela novidade desta área e pela sua natureza de ser uma resposta a desafios, sempre novos, colocados pelo mundo atual.

Em Portugal, a ED é uma área de crescente interesse. Tendo surgido sobretudo pela mão de Organizações Não-Governamentais, foi assumida, em 2005, no documento intitulado "Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa", como uma área prioritária. Em 2008 foi lançado o processo de elaboração de

—
**EM SETEMBRO DE
2009, A ESTRATÉGIA
NACIONAL PORTUGUESA
DE EDUCAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO (...),
FOI APRESENTADA NUMA
CERIMÓNIA PÚBLICA.
EM 2017, O RELATÓRIO
DE AVALIAÇÃO FINAL
DA ENED 2010-
2016 RECONHECEU A
IMPORTÂNCIA DESTE
ENQUADRAMENTO
ESTRATÉGICO PARA
A PROMOÇÃO DA ED
EM PORTUGAL**

uma estratégia nacional, participativo e inclusivo, de forma a assegurar que a estratégia viveria para além da publicação, e seria implementada por todos os intervenientes da ED a fim de assegurar o seu impacto a longo prazo. Este processo foi inspirado em processos similares que estavam a decorrer pela Europa, promovidos pelo GENE – Global Education Network Europe, rede interministerial europeia na área da Educação Global. Em setembro de 2009, a *Estratégia Nacional Portuguesa de Educação para o Desenvolvimento* ² (Despacho n.º 25931/2009), foi apresentada numa cerimónia pública, tendo sido assinado, em 2010, um Protocolo de Implementação do Plano de Ação ENED. Em 2017, o Relatório de Avaliação Final da ENED 2010-2016 ³ reconheceu a importância deste enquadramento estratégico para a promoção da ED em Portugal.

Também no sistema educativo português foram dados passos para a integração da ED no currículo. Este papel tem sido atribuído, essencialmente, à área de Cidadania, tendo esta assumido diferentes denominações e modelos nos últimos anos. Em 2012 surge uma primeira referência à Educação para o Desenvolvimento num documento orientador emanado da Direção-Geral de Educação, Educação para a Cidadania - Linhas Orientadoras ⁴ e mais tarde, em 2016, o *Referencial de Educação para o Desenvolvimento - educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário* ⁵.

² <https://ened-portugal.pt/pt/introducao-1>

³ <https://ened-portugal.pt/pt/avaliacao-externa>

⁴ <http://dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras-0>

⁵ http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documents/referencial_de_educacao_para_o_desenvolvimento.pdf

A ENED VIVE UM MOMENTO DE PARTICULARES DESAFIOS, QUER A NÍVEL NACIONAL, QUER A NÍVEL INTERNACIONAL

O ano de 2018 apresenta-se como fundamental para a ED em Portugal:

— por um lado, nesse ano, o sistema educativo português é alvo de uma reforma educativa (Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho). A *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* ⁶ (2017) consagra a componente de currículo *Cidadania e Desenvolvimento*, prevista como parte integrante de todos os anos de escolaridade, na qual são propostos dezassete domínios, sendo a Educação para o Desenvolvimento Sustentável uma das áreas a abordar.

— por outro, é lançada a atual *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022* (Resolução do Conselho de Ministros, n.º 94/2018), resultado de diversas oficinas dedicadas à questão concetual, à sua estrutura e aos compromissos a assumir.

Este novo documento, prestes a chegar ao seu término, assentou na implementação de um Plano de Ação construído em torno a quatro objetivos estratégicos (Figura 1):



⁶ http://dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf

Durante o ano de 2020 realizou-se a *Avaliação Intermédia da ENED 2018-2022*⁷. Para responder às recomendações daí resultantes, particularmente a aposta na clareza concetual e na capacitação dos diferentes atores envolvidos na ENED, foi promovida, em 2021, pela Plataforma Portuguesa das ONGD uma oficina formativa direcionada às ESPA como forma de reforçar a apropriação da ENED. Com vista a contribuir para a operacionalização das recomendações que respeitam a diversificação de promotores, ao robustecimento do trabalho colaborativo e das ações de capacitação e a uma maior abrangência territorial, foi instituído, pelo CICL, um *Mecanismo de Apoio a Iniciativas* correspondentes a pequenas intervenções-chave de cariz multiplicador a serem desenvolvidas pelas ESPA, em possível parceria com outras entidades.

Neste momento, a ENED vive um momento de particulares desafios, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Encontrando-nos no último ano de implementação, existe uma ação significativa a implementar – o Fórum de ED, que se pretende como uma ação de natureza política, de discussão e definição de estratégias, incluindo também uma forte componente de disseminação do trabalho realizado. Para além desta ação em concreto, avizinham-se dois processos – o da avaliação final e o de elaboração do novo quadro estratégico – fundamentais para a definição do futuro da ED em Portugal. Ao nível internacional, será desafiante para Portugal a liderança da *Iniciativa Ibero-Americana de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável*⁸, iniciada este ano com mais seis países da região, no âmbito da SEGIB – Secretaria-Geral dos Estados Ibero-Americanos, com o objetivo de promover, a partir dos organismos coordenadores da cooperação internacional, a criação e fortalecimento de agendas nacionais na área

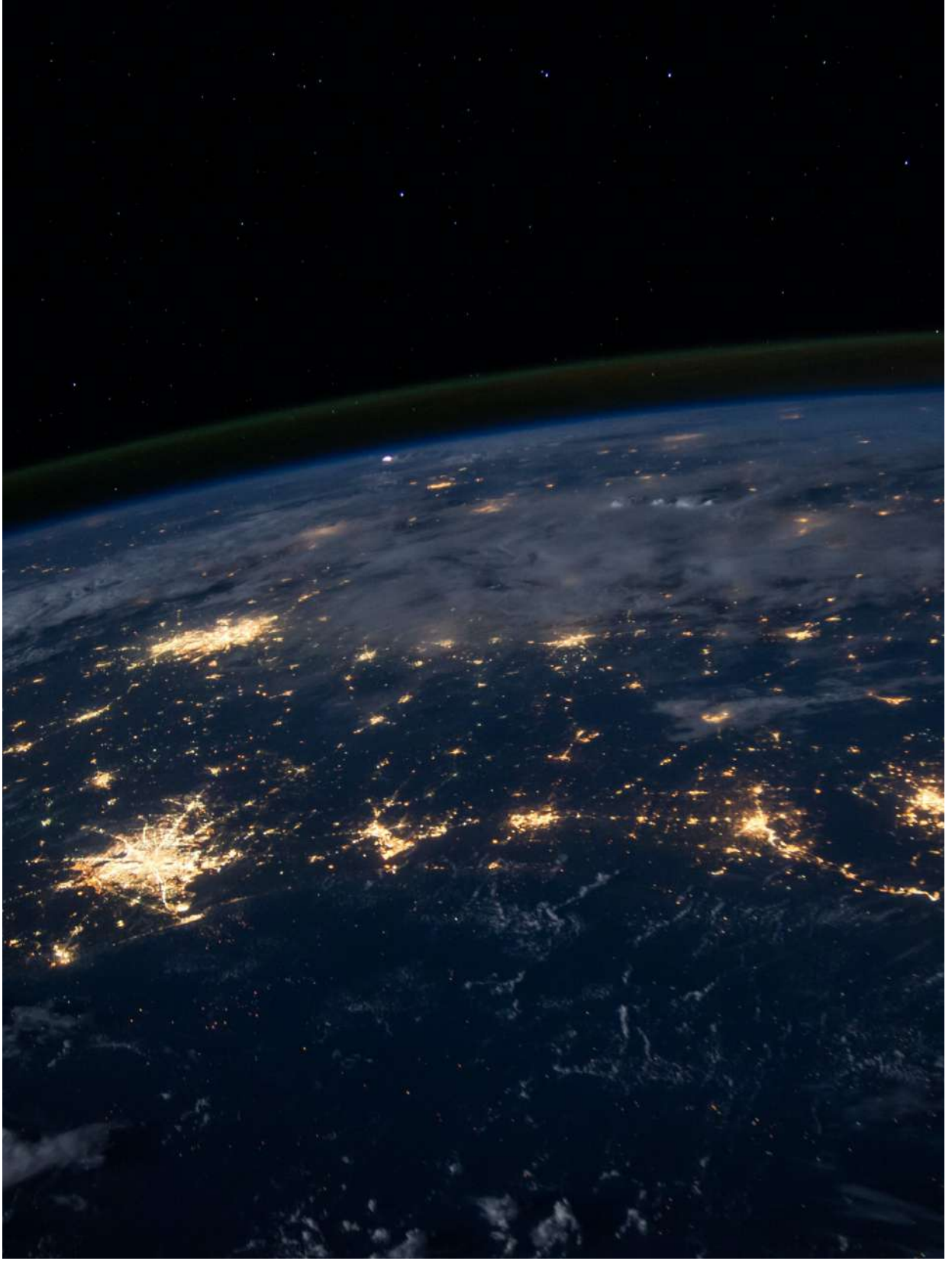
da Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável em articulação com outros atores relevantes. Interessará ainda saber como o novo enquadramento legal integrará os compromissos assumidos na nova Declaração Europeia de Educação Global, lançada pelo GENE, no dia 4 de novembro⁹, ligados à coerência política; ao apoio aos atores; à educação formal e não formal; à avaliação, qualidade e investigação; ao financiamento; e à coerência das políticas a nível internacional.

Quinze anos volvidos desde o primeiro passo para a elaboração de um quadro estratégico para a ED em Portugal, 2023 será, sem dúvida, um ano cheio de desafios!

⁷ <https://ened-portugal.pt/pt/avaliacao-intermedia>

⁸ <https://www.segib.org/pt-br/programa/iniciativa-iberoamericana-de-ciudadania-global-para-el-desarrollo-sostenible-cgpd/>

⁹ Declaração de Dublin. <https://static1.squarespace.com/>



A DESRADICALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

SÉRGIO XAVIER

—
Investigador Júnior/Doutorando - Centro de Estudos Sociais
da Universidade de Coimbra; Educador

“Isso é demasiado radical!”. Frequentemente deparo-me com esta afirmação, seja fora ou dentro do meu círculo de intimidade, seja em contextos mais ou menos formais, seja dirigida a mim próprio ou a outrém. A disciplina social do pensamento radical está um pouco por todo o lado – na comunicação social, nas plataformas de redes sociais, nos contextos familiares, nos círculos de amizade, entre colegas de trabalho, no espaço público, ou nos espaços educacionais. O pensamento radical é socialmente disciplinado, por vezes de forma mais evidente e reprovadora, outras vezes de forma mais subtil, ou ambígua. Recentemente, após uma sessão em que me foi pedido para apresentar e discutir um artigo sobre *Educação Radical*¹, uma das conferencistas, visivelmente satisfeita, congratula-me pela intervenção e deixa-me a nota de que uma das referências a que recorro frequentemente – Paulo Freire – seria para ela “por vezes, demasiado utópico”. O lugar era o Palácio da Europa, em Estrasburgo, a sede da instituição conhecida

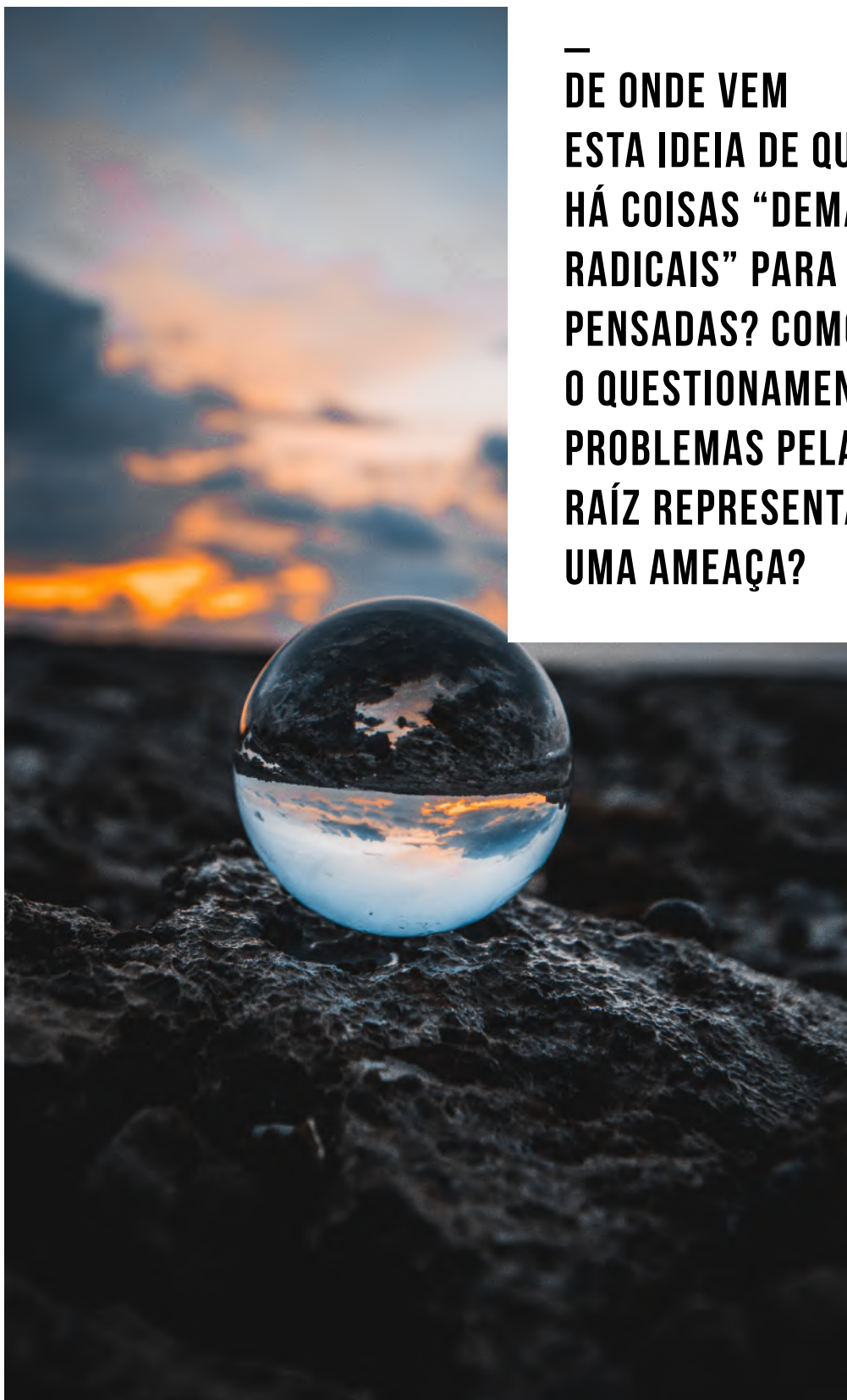
como uma importante guardiã dos valores e sonhos da democracia – o Conselho da Europa.

Comentários como estes estimulam sempre a minha reflexão. Não necessariamente pelo oxímoro por detrás de uma pretensa escala sobre o que é mais ou menos radical, ou sobre o que é moderadamente ou demasiadamente utópico – nem tudo é mensurável com escalas, nem todas as medições são úteis. Mas pergunto-me: existe, ou não, espaço nas nossas democracias para a utopia Freiriana, em que a população toma consciência, denuncia e liberta-se das lógicas de opressão a que está sujeita? De onde vem esta ideia de que há coisas “demasiado radicais” para serem pensadas? Como é que o questionamento dos problemas pela sua raiz representa uma ameaça? E se o pensamento radical constitui uma ameaça, que esperança nos resta para entendermos – e solucionarmos – os problemas ditos estruturais, como o racismo, o patriarcado ou o vasto leque de desigualdades?

¹ Xavier, S. (2022). *Radical Education: A pathway for new utopias and reimagining European democracies*.

—
**DE ONDE VEM
ESTA IDEIA DE QUE
HÁ COISAS “DEMASIADO
RADICAIS” PARA SEREM
PENSADAS? COMO É QUE
O QUESTIONAMENTO DOS
PROBLEMAS PELA SUA
RAÍZ REPRESENTA
UMA AMEAÇA?**

— LOUIS MANQUET



Teremos mesmo desistido – *estruturalmente* – de resolver esses problemas? Que configuração e papel tem a educação na disciplinação social do pensamento radical?

A nossa história recente pode ajudar a responder a estas questões. Em reação aos ataques de 11 de Setembro de 2001, a maioria dos Estados democráticos iniciam uma convergência em redor da narrativa da “Guerra ao Terrorismo”², originando um conjunto de *excepcionalidades*³ alegadamente não previstas pelas sociedades liberal-democráticas. São desencadeados conflitos armados arbitrários, é implementada a maior operação de vigilância e perfilamento globais conhecida na história⁴, são brutalmente intensificadas as medidas de segurança em espaços públicos e não-públicos, entre outras *excepcionalidades*. A excepcionalidade do pós-11 de Setembro converteu-se na *normalidade* das democracias liberais, como a nossa.

No caso Europeu, o sinal definitivo da convergência na *Guerra ao Terrorismo*, também é precipitado por ataques, em particular o 11M, em 2004, em Madrid. A União Europeia desenvolve o primeiro dos pacotes políticos de combate ao Terrorismo⁵, que se sofisticaram até aos dias de hoje, mobilizando um conjunto de programas Europeus⁶ e criando o Centro Europeu de Luta contra o Terrorismo (2016). Seja na União Europeia, seja no Conselho da Europa, desenvolve-se a narrativa da *prevenção da radicalização*. Constitui-se um novo padrão para o trabalho no domínio da Juventude, bem como para as organizações que beneficiam de fundos europeus, como as ONGD. A *prevenção da radicalização* passa a integrar não só a agenda de prevenção do terrorismo em território europeu, mas também a resposta das democracias europeias ao crescimento dos

A PALAVRA “RADICAL” REFORÇOU CONOTAÇÕES COM *VIOLÊNCIA*, *EXTREMISMO*, *TERRORISMO*, *AMEAÇA*, *OU IRRACIONALIDADE*. EM RESUMO, O QUE É “RADICAL” TORNOU-SE SUSPEITO, REPROVÁVEL E NÃO-RAZOÁVEL

movimentos de extrema-direita – que, só por si, mereceria um outro artigo. A palavra “radical” reforçou conotações com *violência*, *extremismo*, *terrorismo*, *ameaça*, *ou irracionalidade*. Em resumo, o que é “radical” tornou-se suspeito, reprovável e não-razoável. Gerou-se o preconceito contra o *radical*.

Se o estímulo ao pensamento radical na educação já se deparava com outras limitações próprias dos contextos liberal-democráticos,

² Cinco dias pós os ataques de 11 de Setembro, o então Presidente dos Estados Unidos da América – George W. Bush – usou a expressão “war on terrorism” (guerra ao terrorismo) durante uma conferência de imprensa, referindo-se à “cruzada” que seria “demorada” e que exigiria “paciência” à população estadunidense (White House, 2001a). A 20 de Setembro de 2001, durante uma sessão no Congresso Americano, foi usada uma expressão similar – “war on terror” (guerra ao terror)

– referindo-se ao processo militar que “começaria junto da al Qaeda”, mas que “não terminaria até que todos os grupos terroristas de alcance global fossem derrotados e extintos” (White House, 2001b).

³ Agamben, G. (2004). *State of Exception*.

⁴ Lyon, D. (2015). *Surveillance After Snowden*.

⁵ A primeira destas iniciativas foi a Estratégia Europeia acerca da Radicalização Violenta (2005).

⁶ Como nas áreas da Juventude, Cultura, Cidadania e Aprendizagem ao Longo da Vida.

SÓ UMA SOCIEDADE EM QUE SE POSSA PENSAR RADICALMENTE PODE AMBICIONAR SER UMA SOCIEDADE MELHOR, E PORTANTO, UMA SOCIEDADE DIFERENTE



então adensou-se a sua escassez, por via de uma nova agenda - educar para a desradicalização. É subtraída mais uma dimensão ao já parco pensamento crítico existente dentro e fora dos espaços escolares. Inversamente à libertação da educação das amarras institucionais - como sugeria Ivan Illich em 1970 ⁷ - a educação encontra-se institucionalmente alienada no projeto global de desradicalização da sociedade.

Só uma sociedade em que se possa pensar radicalmente pode ambicionar ser uma sociedade melhor, e portanto, uma sociedade diferente. Só uma educação que - em lugar de prevenir - promova o pensamento radical pode esperar, sequer, imaginar uma sociedade melhor. Até lá, estaremos permanentemente a aprender a agir como se estivessemos em satisfação, num ciclo de contínua reprodução do Fim da História ⁸. Afirmar “isso é demasiado radical” é aceitar que não haverá mais história. É normalizar a maior facilidade em imaginar o fim do mundo devido ao capitalismo, do que em imaginar o fim do capitalismo ⁹. É impedir a utopia através da aceitação da distopia liberal-democrática: crises pós-pandémicas; aquecimento global; conflito armado eterno; inflação galopante. Cavalgamos estes imaginários distópicos sem saber muito bem o que nos está a acontecer. É agora, em 2022, mais fácil imaginar um armagedão nuclear, do que imaginar a desmilitarização global. Onde iremos parar? Estamos no Fim da História ou estaremos a preparar-nos para o fim da nossa história?

⁷ Illich, I. (1970). *Deschooling Society*.

⁸ Após a queda do Muro de Berlim em 1989, Francis Fukuyama declara que a humanidade havia chegado ao “Fim da História”, em que as democracias liberais seriam a última forma de governo e de

ideologia (Fukuyama, 1989).

Esta ideia foi amplamente celebrada e encontra-se hegemonicamente enraizada nas democracias contemporâneas.

⁹ Ideia atribuída a Fredric Jameson e Slavoj Žižek.

NÃO HÁ JUSTIÇA CLIMÁTICA SEM JUSTIÇA SOCIAL

ANA ISABEL CASTANHEIRA E MÓNICA SANTOS SILVA

—
IMVF – Instituto Marquês Valle Flôr,
Campanha #ClimateofChange

Podemos falar de justiça social, sem falar de justiça ambiental? E podemos abordar as dimensões da justiça social, sem falar de ambiente? E podemos falar de ambiente sem considerar outras dimensões do desenvolvimento sustentável?

As várias abordagens ao tema das alterações climáticas estão condicionadas aos objetivos de aprendizagem definidos e à perspetiva das “educações para” que queremos trabalhar.

Em Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG), a perspetiva de análise multidisciplinar e holística para a interpretação das causas e consequência das alterações climáticas baseia-se no conjunto de valores e princípios que orientam a nossa ação em cidadania global.

Quando definimos a EDCG como “um processo de aprendizagem e transformação através da ação individual e/ou colaborativa orientada para a justiça social e o bem comum. A partir

—
**É PRECISAMENTE NA
DIMENSÃO DOS IMPACTOS
QUE A EDCG SE APRESENTA
COMO UMA FERRAMENTA
DE ANÁLISE DAS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DAS
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA
SOCIAL E DO BEM-COMUM
PARA TODOS/AS EM
TODAS AS GEOGRAFIAS**

de uma tomada de consciência assente numa interpretação crítica da realidade, a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global inter-relaciona um tema concreto com as causas

das desigualdades onde quer que elas existam” (in, Ficha Temática “[Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global](#)”, Plataforma Portuguesa das ONGD, 2018) torna-se claro que a abordagem que iremos fazer ao tema das alterações climáticas assenta no conhecimento e na interpretação crítica da realidade, sempre orientada para a tomada de consciência, para a facilitação de processos de aprendizagem, a consciencialização e a mobilização dos indivíduos.

Os impactos das alterações climáticas são vistos em todos os aspetos do mundo em que vivemos e representam uma ameaça ambiental e um desafio à prosperidade social e económica. Contudo, os impactos das alterações climáticas são desiguais em todo o país e no mundo - mesmo dentro de uma única comunidade, os impactos das alterações climáticas podem diferir entre bairros ou indivíduos.

A nível humano são os países e comunidades vulneráveis que são atingidas de forma desproporcional pelos seus terríveis efeitos. Cheias, inundações, fogos, secas, perda e destruição da biodiversidade têm um impacto direto nos meios de subsistência, no trabalho, saúde e acesso aos direitos dos cidadãos a nível global. E sim, são os países e as pessoas que menos contribuem para a crise ambiental os que mais sofrem com os seus efeitos.

É precisamente na dimensão dos impactos que a EDCG se apresenta como uma ferramenta de análise das causas e consequências das alterações climáticas na promoção da justiça social e do bem-comum para todos/as em todas as geografias. A EDCG pode encorajar as pessoas a mudar as suas atitudes e comportamentos e também as ajuda a tomar decisões informadas. O conhecimento dos factos ajuda a eliminar o medo de uma questão que é frequentemente caracterizada pela desgraça e tristeza na arena pública.

— ESTE RECONHECIMENTO QUE A CRISE CLIMÁTICA ALIMENTA E FAVORECE A DESIGUALDADE SOCIAL, POLÍTICA E ECONÓMICA É TAMBÉM TRABALHADO PELA EDCG

Os processos de sensibilização sobre a importância dos temas da sustentabilidade e os impactos das alterações climáticas estão também presentes nos programas e nas abordagens dos atores do desenvolvimento. Não só porque constituem um desafio global, mas também pela pressão dos cidadãos de se dar uma resposta urgente a este tema.

Num [inquérito](#) pan-europeu realizado no âmbito da [Campanha #ClimateofChange](#)¹, em cada dez jovens portugueses mais de seis (63%) estão muito ou extremamente preocupados com as alterações climáticas. A opinião geral entre os jovens em Portugal revela que 85% consideram que o **modelo económico** favorece os privilegiados, e por isso defendem uma [economia do bem-estar](#). Uma economia que realmente supere as estruturas exploradoras à escala global, em vez de as perpetuar, que dê poder a todas as pessoas, em vez de concentrar o poder nas mãos de uma elite minúscula, e que respeite a natureza, em vez de a destruir.

¹ Na campanha #ClimateofChange temos uma missão ousada: acreditamos que, neste mundo interligado, a única forma de avançar é enfrentar simultaneamente múltiplas crises e exigir ação para criar um futuro justo e sustentável e uma economia humana. A Campanha é financiada pela União Europeia e apoiada pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Este reconhecimento que a crise climática alimenta e favorece a desigualdade social, política e económica é também trabalhado pela EDCG para que as respostas individuais e coletivas assentem num modelo de análise e ação estrutural, coerentes com os princípios da justiça social e da justiça climática.

Mas estará a EDCG preparada para dar resposta imediata à urgência a que as resoluções dos temas das alterações climáticas impõem? E estão as ONGD preparadas para dar resposta à tipologia de ações que são necessárias adotar?

A resposta é sim. A perspetiva mais ampla de abordagens muito próprias da EDCG, ancorada nos princípios da participação, solidariedade, igualdade, coresponsabilização, coerência e equidade permitem contribuir para a informação e compreensão dos impactos das alterações climáticas e aumentar a “literacia climática” dos cidadãos orientada para a transformação social, económica, política e ambiental que necessitamos para garantir um mundo mais justo, sustentável e digno. O nosso mundo.





LENTES DE EDCG PARA ENFRENTAR AS DESIGUALDADES GLOBAIS: DOS CONSENSOS AOS DISSENSOS

CARLOTA QUINTÃO E JOANA MARQUES

—
Associação A3S

No mês em que escrevemos este artigo assinala-se o Dia Internacional da Erradicação da Pobreza e somos reiteradamente confrontadas com a perplexidade deste fenómeno. Em Portugal, regista-se um recuo na trajetória de redução da pobreza: uma em cada cinco pessoas está em situação de pobreza após transferências sociais (sem estas 40% da população portuguesa estaria em risco); simultaneamente acentua-se a desigualdade na distribuição de rendimentos — os mais ricos estão ainda mais ricos e os mais pobres estão mais pobres. Do continente africano chegam-nos notícias da pobreza na Nigéria, país detentor de um recurso particularmente valioso na atualidade, o gás natural.

Duas constatações que nos relembram da relação imbricada entre pobreza e desigualdades. Desigualdades estruturais de poder perpetuadas pelos sistemas de desenvolvimento socioeconómico. Começamos por assinalar esta relação porque é precisamente o nosso ponto de partida enquanto autoras do estudo recém-publicado *“A urgência de ler o mundo: Pobreza e Desigualdades”*¹. É com base no processo de realização deste estudo

¹ Estudo realizado pela A3S no âmbito do projeto “ED-Comunicar: do conhecimento à mobilização”, coordenado pela ADRA Portugal, em parceria com AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global, Par - Respostas Sociais, Fundação Cidade de Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira, IMVF, Mundo A Sorrir e Rosto Solidário, e cofinanciado pelo pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. A coleção “A urgência de ler o mundo — Estudos Formativos ED-Comunicar” é composta por seis estudos tendo em vista a atualização dos temas que integram o Referencial de Educação para o Desenvolvimento.

AS DESIGUALDADES SÃO A CAUSA ESTRUTURAL DA POBREZA E DA INJUSTIÇA SOCIAL [E] (...) TÊM NA BASE ESTRUTURAS COMPLEXAS E RELAÇÕES DE PODER QUE PERPETUAM O *STATUS QUO*

que redigimos este artigo, procurando olhar para as desigualdades na atualidade a partir da “lente” da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global – EDCG.

Assinalamos alguns consensos sobre esta lente: que as desigualdades são a causa estrutural da pobreza e da injustiça social; que têm na base estruturas complexas e relações de poder que perpetuam o *status quo*; que, à escala global, radicam em processos históricos de exploração e expropriação assentes na colonização e que hoje se continuam a reproduzir sob novas formas; que as narrativas do Norte se impõem como universais, sendo necessário “dar voz” e protagonismo às pessoas de contextos menos favorecidos; que os direitos humanos são uma conquista fundamental para toda a humanidade; que a capacitação das pessoas para a reflexão crítica é fundamental para assumirem responsabilidade sobre as suas ações individuais e coletivas; que a dignidade humana, a igualdade de oportunidades e a equidade no

acesso aos recursos são princípios basilares de justiça social.

Assinalamos, contudo, menor consenso sobre “como fazer” a justiça social. Como redistribuir recursos e oportunidades de forma a fazer face às desigualdades? Quais perspetivas teóricas ou empíricas que devem estar na base de uma leitura crítica da realidade e da sua transformação? Quais os limites dos nossos esforços de universalidade?

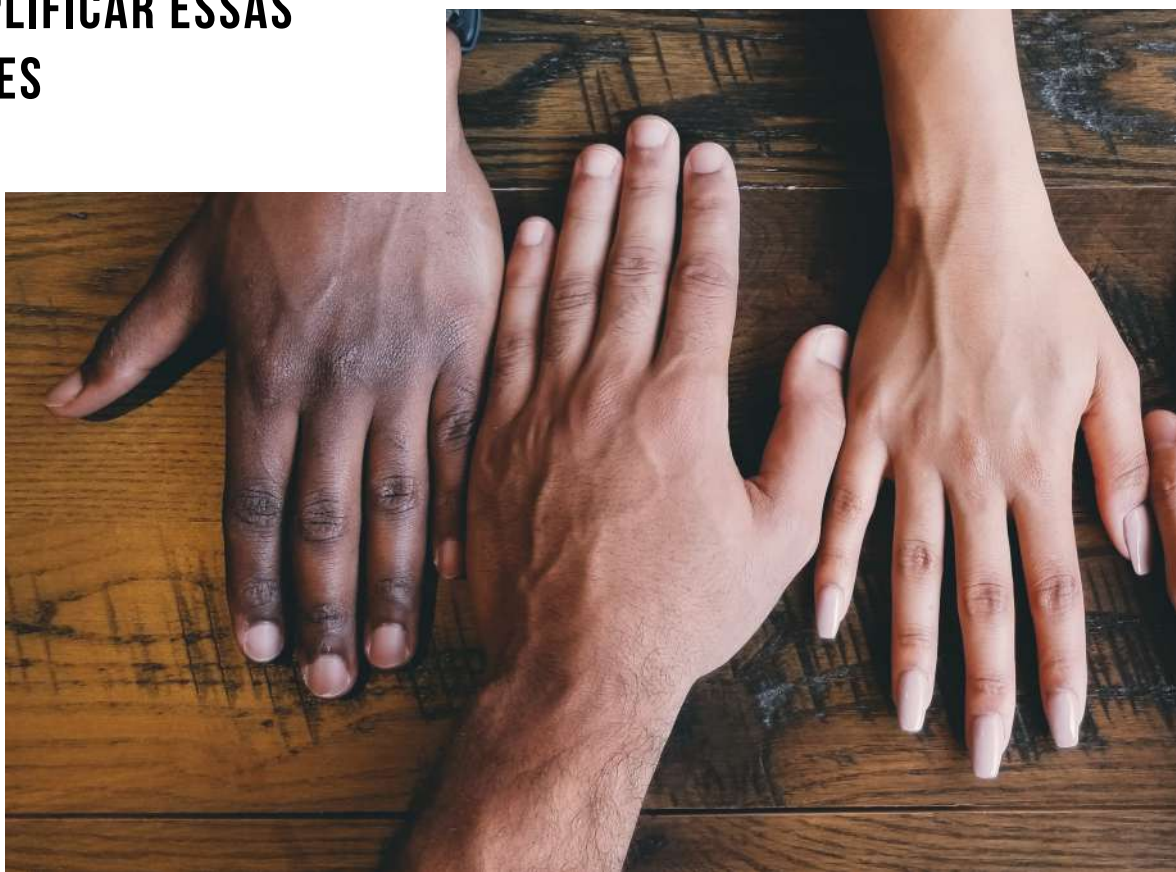
É nestes dissensos e dilemas que vemos hoje o papel da EDCG na desconstrução de processos e narrativas que legitimam as desigualdades.

COMO REDISTRIBUIR RECURSOS E OPORTUNIDADES DE FORMA A FAZER FACE ÀS DESIGUALDADES? QUAIS PERSPETIVAS TEÓRICAS OU EMPÍRICAS QUE DEVEM ESTAR NA BASE DE UMA LEITURA CRÍTICA DA REALIDADE E DA SUA TRANSFORMAÇÃO?

É TEMPO DE “DEIXAR FALAR” NA PRIMEIRA PESSOA, “SAIR DA FRENTE”, CRIAR OUTRAS ESCUTAS PARA ESSES SABERES, E, QUANDO MUITO, PROCURAR SER UM ALIADO PARA AMPLIFICAR ESSAS VOZES

A nossa proposta é a de PARAR para olhar à volta e ESCUTAR outras vozes. Reconhecer os limites das nossas linguagens e formas de pensar. As fazê-lo podemos, talvez, ouvir que já passou o tempo de “dar voz” e “empoderar”; é tempo de “deixar falar” na primeira pessoa, “sair da frente”, criar outras escutas para esses saberes, e, quando muito, procurar ser um aliado para amplificar essas vozes.

O mestre quilombola Antonio Bispo dos Santos questiona-nos até que ponto estamos dispostos a aprender com as comunidades com quem trabalhamos e a assumir que temos expropriado o saber dos povos indígenas ²?



O ciclo *Abya Yala em transição* ³, retomando a designação original do continente latino-americano, reclama que “a ferida do abuso de poder e da colonização faz-se ver e sentir. Hoje é o momento de Sentir, Curar e Agir!” Abrir espaço e tempo para o que este (e outros) continente tem a oferecer e partilhar com o mundo: “Uma enorme diversidade cultural e ecológica, linhagens ancestrais que decidem partilhar a sua voz, múltiplos exemplos de comunidades rurais e urbanas que manifestam uma profunda regeneração do mundo em que querem viver”.

Reivindicam o direito à sua própria história e gramática, em contraposição à hegemonia das narrativas e racionalidades ocidentais. Recusam

retóricas de “reconciliação” baseadas na ideia de que o colonialismo é algo do passado e que, como tal, deixam “a estrutura presente de domínio colonial em grande parte intacta” ⁴, não possibilitando processos efetivos de reparação, nem de relação de forma diferente com o mundo.

É na proposta da abordagem à EDCG do coletivo *Gesturing Towards Decolonial Futures* ⁵ - EDCG otherwise – que encontramos pistas mais promissoras. Pistas no sentido de enfrentar de facto a complexidade contra a pressão do imediatismo; de assumir a nossa responsabilidade e cumplicidade individual e coletiva com os problemas globais; de nos expormos à hibridação e contaminação com outros campos e saberes; de resistir à tendência de normatização; de instigar aprendizagens mais profundas através de experimentação, improvisação e reflexividade coletivas; de nos comprometermos a relacionar mais amplamente com o mundo nas suas múltiplas interdependências.



CLAY BANKS

² Conferência *A difícil arte da confluência*, Culturgest, Outubro 2021, <https://youtu.be/XZhhs-98SVxc>.

³ <https://territorios-america-latina.transitionmovement.org/es/eventos/>

⁴ Coulthard, G. S. (2014). *Red Skin, White Masks: Rejecting the Colonial Politics of Recognition*. Minnesota University Press.

Andreotti, V., Stein, S., Suša, R., Čajkova, T., d’Emilia, D., Jimmy, E., Calhoun, B., Amsler, S., Cardoso, C., Siwek, D. (2019). *Global Citizenship Otherwise Study Program. Gesturing Towards Decolonial Futures*. Disponível em: <https://decolonialfutures.net/portfolio/global-citizenship-education-otherwise/>

⁵ Andreotti, V., Stein, S., Suša, R., Čajkova, T., d’Emilia, D., Jimmy, E., Calhoun, B., Amsler, S., Cardoso, C., Siwek, D. (2019). *Global Citizenship Otherwise Study Program. Gesturing Towards Decolonial Futures*. Disponível em: <https://decolonialfutures.net/portfolio/global-citizenship-education-otherwise/>

MIGRAÇÕES FORÇADAS E O PAPEL DA EDCG

MONICA FRECHAUT

—
Conselho Português para os Refugiados (CPR)

No último ExCom ¹, dizia-nos o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Filippo Grandi, que “a procura por respostas do ACNUR nunca foi tão grande, enquanto que o seu espaço para encontrar soluções nunca foi tão pequeno.” De facto, não são estranhas para a maioria de nós as principais causas das migrações forçadas. Às mais comuns como as guerras, conflitos, a violência generalizada, o terrorismo, a perseguição étnico-religiosa, mas também as causas profundas de desigualdade, pobreza, discriminação, Estados de direito fracos e falta de boa governança, acrescentamos agora a emergência climática, que impulsiona cada vez mais o deslocamento, tornando a vida para aqueles que muitas vezes já estão deslocados, ainda mais difícil.

Testemunhamos, repetidamente, como conflitos violentos e outros fatores de deslocamento forçado têm consequências que assumem dimensões não só regionais, mas também globais, como é o caso da invasão russa da

¹ O Comité Executivo do Alto Comissariado (ExCom) reúne-se anualmente em Genebra para aprovar os programas e o orçamento da agência, e refletir sobre o estado da proteção internacional com parceiros intergovernamentais e não governamentais. A última sessão foi a 10-14 de outubro de 2022.

² Discurso de abertura no encontro de imprensa à margem do Fórum de Oslo, 19 de junho de 2018.

³ Alto Comissário dos Direitos Humanos da ONU desde 17 de outubro de 2022.

—
**TESTEMUNHAMOS,
REPETIDAMENTE, COMO
CONFLITOS VIOLENTOS
E OUTROS FATORES DE
DESLOCAMENTO FORÇADO
TÊM CONSEQUÊNCIAS QUE
ASSUMEM DIMENSÕES
NÃO SÓ REGIONAIS, MAS
TAMBÉM GLOBAIS**

— PERANTE A EXIGÊNCIA DOS DESAFIOS NUNCA FOI TÃO IMPORTANTE ABORDAR, COM DETERMINAÇÃO, AS CAUSAS ESTRUTURAIS DAS MIGRAÇÕES FORÇADAS

Ucrânia, a maior e mais rápida crise de deslocação na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, com consequências na vida de todos nós, mas sobretudo nos mais vulneráveis. Nestes cenários, muitas vezes, não há outra escolha senão fugir, pelo que não surpreende os números avassaladores da deslocação forçada em 2022.

Diz-nos as Nações Unidas que mais de 100 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a abandonar as suas casas, um número que duplicou no espaço de uma década. “Vemos uma multiplicação de novos conflitos e antigos que parecem nunca morrer. Há razões muito fortes para fazermos tudo para evitar conflitos e fazer tudo para resolver conflitos”, disse António Guterres ². Mas estamos mesmo? Perante a exigência dos desafios nunca foi tão importante abordar, com determinação, as causas estruturais das migrações forçadas, nomeadamente através da prevenção precoce de situações de crise, a resolução pacífica dos conflitos e a proteção dos Direitos Humanos.

A prevenção remete-nos para a necessidade de um trabalho cada vez mais colaborativo, envolvendo um conjunto vasto de atores, incluindo os cidadãos e a sociedade civil, estratégias e iniciativas conjuntas que fortaleçam a coesão social e a promoção dos direitos humanos. Nessa medida parece-me que

referências e ações no domínio da Educação para o Desenvolvimento comprometidas com a transformação social e o aprofundamento da cidadania global ajudam a compreender uma realidade que muitos não conhecem diretamente, facilitando uma leitura mais crítica das desigualdades locais e globais.

De facto, a complexidade das migrações forçadas sublinha a urgência de, nas palavras de Volker Turk ³, colocar tanta ênfase na “compreensão” (dos fenómenos) quanto na “resposta”. Apostar na sensibilização para a importância de um mundo mais justo e sustentável, alicerçado em ações pedagógicas e na mobilização coletiva, deve ser o caminho a seguir. No Conselho Português para os Refugiados (CPR) vemos o trabalho com as escolas determinante para este fim, dando a conhecer não só os direitos dos refugiados, mas também a situação nos países de origem, informando e sensibilizando toda a comunidade escolar de forma simples e direta. Justamente, uma educação de qualidade, comprometida com a EDCG, pode ajudar a prevenir o racismo e a xenofobia, e promover uma cultura de paz e de solidariedade.

Pese embora se reconheça o papel da sociedade civil na mobilização para o acolhimento de forma solidária com quem foge, quer em 2015 com a chegada de milhares de refugiados sírios, quer no apoio aos deslocados da Ucrânia, não deixa de ser essencial apostar-se na capacitação das comunidades, facilitando processos de aprendizagem e consciencializar para a promoção de sociedades cada vez mais humanistas.

Penso que é o caminho a seguir. E, como diria o Alto Comissário Filippo Grandi, “não vamos desistir - devemos isso a 100 milhões de refugiados e pessoas deslocadas em todo o mundo”.

IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS, RAPARIGAS E RAPAZES: UM PRINCÍPIO E UM FIM DA ECG?

ALEXANDRA SILVA

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM)

ELIANA MADEIRA

Graal

LA SALETE COELHO

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESSE – IPVC)

TERESA ALVAREZ

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)

Estamos longe da realização do ideal proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de sermos “livres e iguais em dignidade e direitos”. Essa distância é claramente visível quando falamos das mulheres e dos homens porque as desigualdades, entre umas e outros, e as múltiplas formas de discriminação e de violência, que afetam desproporcional e desfavoravelmente as

mulheres e as raparigas, estão presentes em todas as sociedades do mundo.

Esta é uma área onde os progressos, inquestionáveis ainda que insuficientes e fragmentados, não são inevitáveis nem irreversíveis, como reconheceu a Comissão Europeia em 2020, bastando que se verifiquem alterações nas composições parlamentares ou governativas, ou mesmo uma crise social e económica, para que direitos conquistados sejam

anulados. São vários os exemplos próximos e recentes, desde países europeus como a Hungria ou a Polónia, a países como o Afeganistão ou o Irão. A ascensão ao poder de minorias com poder económico capazes de amplificar na opinião pública discursos e práticas conservadoras, baseadas em tradições seculares segregadoras e discriminatórias, demonstra a facilidade do retrocesso da realização dos direitos humanos, em particular das mulheres e raparigas. A estas tem-lhes cabido um lugar secundário e as funções “complementares” na sociedade.

Os números continuam a espelhar as desigualdades na esfera pública e privada, sendo preocupantes as diferenças que se verificam nos indicadores relativos à participação das mulheres e dos homens nos lugares de decisão económica e política, aos usos do tempo, aos recursos a que acedem, à violência contra as mulheres no espaço público e na esfera privada...

Apesar de todas as mudanças, resiste, mesmo que implícita, a convicção na superioridade masculina e ideia de que aos homens cabe, sobretudo, a produção e a representação e às mulheres a reprodução e o cuidado.

Estas crenças, resistentes à mudança, estão na raiz das desigualdades sociais que, como fazemos notar, num outro texto que escrevemos em conjunto, *“advêm de dois factores que, sendo distintos, são intrinsecamente interdependentes: as representações socioculturais dominantes sobre o que são os homens e as mulheres e que, ao nível do quotidiano, funcionam sob a forma de estereótipos (...) as relações de poder de cariz patriarcal que assentam na ideia de uma hierarquia entre homens e mulheres geradora de uma desigual valorização social dos indivíduos em função do seu sexo, que se expressa na ‘naturalização’ da superioridade masculina e da inferioridade feminina e nas subsequentes relações de domínio/subordinação.”* (Silva et al., 2022).



É, ainda e sempre, necessário (re)afirmar e reconhecer o igual valor das mulheres e dos homens para o bem-estar e para o desenvolvimento harmonioso e sustentável das sociedades e do planeta. Esse reconhecimento passa pela efetivação da igualdade de direitos e deveres, oportunidades e resultados.

As desigualdades entre mulheres e homens, raparigas e rapazes, exigem uma reflexão contínua, profunda e consequente e uma ação transformadora. Numa linguagem Freiriana, exige que superemos a consciência “ingénua” e formemos “consciência crítica”. É essa consciência crítica a base da ED/ECG, que, ao integrar de forma sistemática as questões pertinentes à igualdade, alavanca também a construção da consciência de pertença a um coletivo sexual - de homens e de mulheres - baseada em normas sociais dominantes, consensuais, mantidas e reconstruídas.

AS DESIGUALDADES ENTRE MULHERES E HOMENS, RAPARIGAS E RAPAZES, EXIGEM UMA REFLEXÃO CONTÍNUA, PROFUNDA E CONSEQUENTE E UMA AÇÃO TRANSFORMADORA

A ED/ECG CONSTITUI-SE COMO UM CONTEXTO PRIVILEGIADO PARA (...) A PROBLEMATIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO E DESVANTAGEM DAS MULHERES E DAS RAPARIGAS NO MUNDO

Nessa perspetiva, a ED/ECG constitui-se como um contexto privilegiado para: **1)** a problematização da situação de subordinação e desvantagem das mulheres e das raparigas no mundo; **2)** o questionamento e desocultação das causas estruturais que dão forma e reproduzem essas desigualdades; **3)** o reconhecimento e inconformidade com as consequências das desigualdades que afetam particularmente as mulheres e as raparigas, mas também os homens e os rapazes que são muitas vezes pressionados a corresponder a expectativas que os afastam das suas vocações, interesses e emoções e os colocam em risco; **4)** a imaginação e adoção de mudanças que contribuam para uma distribuição mais equilibrada do poder, dos recursos, dos tempos e do reconhecimento entre mulheres e homens.

O grande potencial da ED/ECG está no contributo que esta pode dar para a transformação das realidades injustas, discriminatórias e

A ED/ECG PODERÁ DAR UM CONTRIBUTO PARA QUE MULHERES E HOMENS, RAPAZES E RAPARIGAS, SEJAM CAPAZES DE OLHAR E VER NÃO APENAS O PRÓXIMO E O CONHECIDO, MAS TAMBÉM O DISTANTE E O DESCONHECIDO, AMPLIANDO O SENTIDO DE PERTENÇA A UMA MESMA HUMANIDADE

violentas. Educar crianças e jovens, cidadãs e cidadãos, a serem socialmente conscientes e politicamente críticas/os é parte significativa do caminho para a vivência em sociedades livres assentes na partilha e no cuidado do bem comum. Porém, as desigualdades em razão do sexo têm sido insuficientemente trabalhadas e visibilizadas, sendo, por assim dizer, “um pouco marginais, apenas abordadas pontual e superficialmente” (Silva et al., 2022). Ora, uma sociedade livre

e justa exige o reconhecimento formal e a consideração de mais de metade da sua população, a começar no campo educativo.

É, assim, essencial incorporar a Igualdade entre mulheres e homens como princípio das ações da ED/ECG para que, em cada ação e iniciativa de ED, sejamos capazes de “desneutralizar” o olhar, ampliar a nossa consciência às diferenças e injustiças que derivam, ainda, do facto de se ser homem ou mulher nas nossas sociedades.

A ED/ECG poderá dar um contributo para que mulheres e homens, rapazes e raparigas, sejam capazes de olhar e ver não apenas o próximo e o conhecido, mas também o distante e o desconhecido, ampliando o sentido de pertença a uma mesma humanidade e desenvolvendo uma atitude de questionamento crítico, e comprometido, das profundas desigualdades entre mulheres e homens no contexto daquelas que existem e se mantêm entre regiões, países e grupos sociais.

Educar para a transformação social implica educar para a igualdade entre raparigas e rapazes, mulheres e homens. Esta é a interseção fundamental que temos por fazer.

Silva, A., Madeira, E., Coelho, L.S.,
Moura, M. e Alvarez, T. (2022).
Interseções: Igualdade entre
Mulheres e Homens e a Educação
para o Desenvolvimento. Plataforma
Portuguesa para os Direitos das
Mulheres e Comissão para a Cidadania
e Igualdade de Género. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1evuSsTYDPxNSvRAv31BZPoawnxUHh8Bx/view>

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO GLOBAL NA COMPLEXA DINÂMICA DOS DESAFIOS ATUAIS

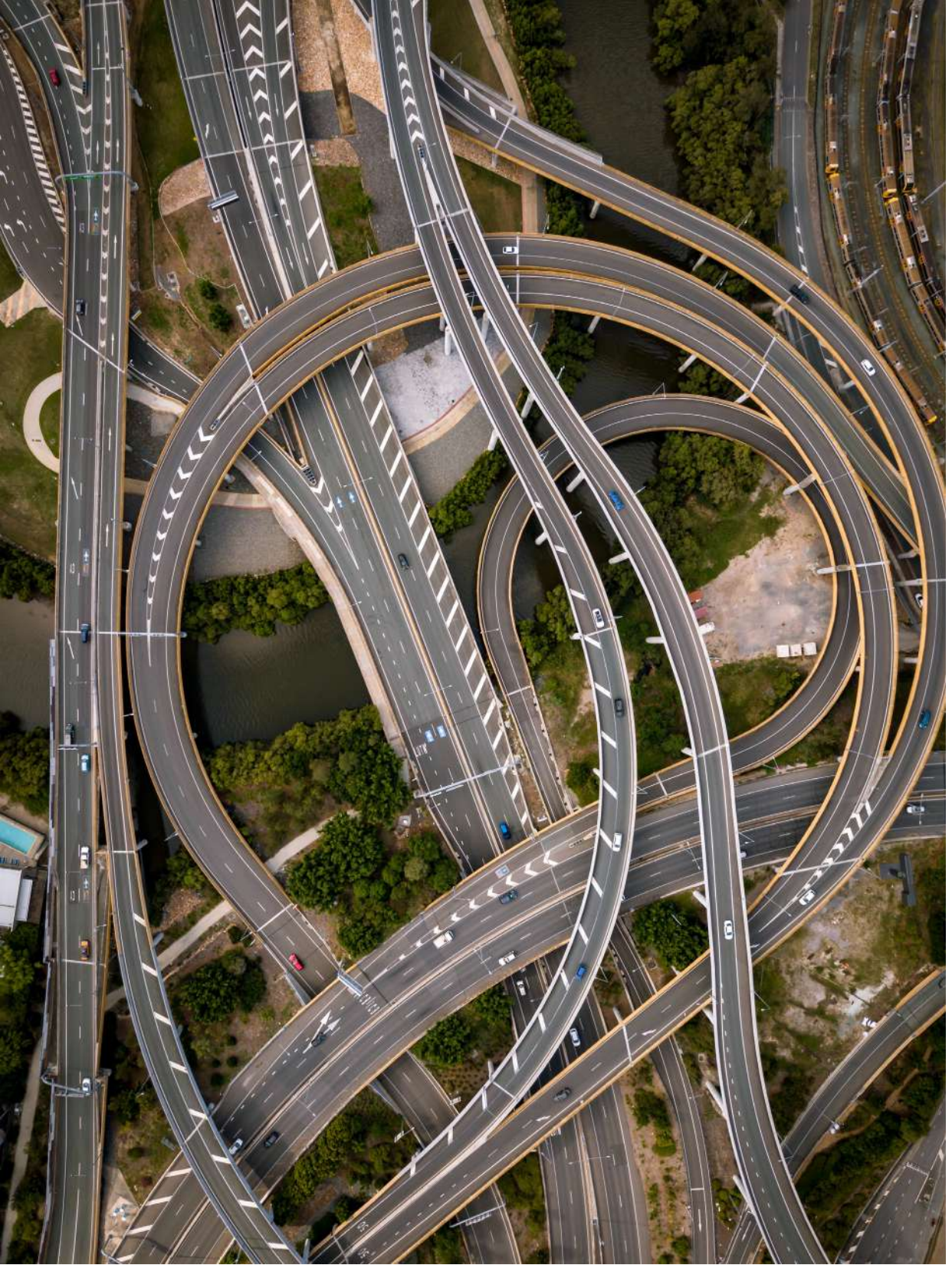
MIGUEL CARVALHO DA SILVA

—
*Programa Educação Global - Centro Norte-Sul
do Conselho da Europa*

Num contexto geopolítico e geoeconómico em que os atores políticos e educativos continuam apostados na transformação digital e em que os agentes económicos continuam centrados no mercado de trabalho e na exploração laboral - participando mais do que nunca em economias geradoras de lucro - num cenário internacional cada vez mais volátil em que cresce e se banaliza de forma preocupante o discurso bélico, impera continuar a investir no pensamento crítico e numa cidadania informada, participativa e responsável.

Contrariamente ao que se podia esperar, a pandemia não trouxe alteração de paradigmas. Antes pelo contrário! A fase de rescaldo parece ter acelerado um desejo frenético de recuperação do cronos económico perdido. A especulação financeira, o desregulamento económico e a agressividade e instrumentalização dos discursos políticos varreram de vez qualquer veleidade para

—
**NUM CENÁRIO
INTERNACIONAL CADA
VEZ MAIS VOLÁTIL EM QUE
CRESCER E SE BANALIZA
DE FORMA PREOCUPANTE
O DISCURSO BÉLICO,
IMPERA CONTINUAR A
INVESTIR NO PENSAMENTO
CRÍTICO E NUMA
CIDADANIA INFORMADA,
PARTICIPATIVA E
RESPONSÁVEL**



uma nova ordem mundial centrada na condição humana e na sua íntima relação com o planeta e no respeito dos seus ecossistemas.

Mais do que nunca, o caminho aberto no passado por pedagogias complementares como a Educação para os Direitos Humanos, Educação para a Paz e Prevenção de Conflitos, Educação Intercultural, Educação para o Desenvolvimento e Educação para a Sustentabilidade, ganham particular relevo no contexto atual.

Num contexto em que a opinião pública, e de forma mais alarmante os jovens, demonstram claramente uma descrença no sistema da democracia representativa e abandonam os seus mecanismos participativos tradicionais, a Educação Global oferece as competências necessárias para os educandos se envolverem como cidadãos informados e críticos, conscientes dos desafios atuais e das suas interdependências a nível local e internacional, atendendo às necessidades do século XXI.

A Educação Global é uma educação transformadora virada para o futuro, analisando os desafios contemporâneos pelo meio de um conjunto de competências que promovem a análise crítica dos factos e a multiperspectividade, através de uma aprendizagem participativa, intercultural e intergeracional.

Este processo não é estático e deve levar a uma necessária reflexão sobre o divórcio entre os cidadãos e os seus representantes políticos, sobre a crescente polarização dos posicionamentos políticos ou ideológicos, a intolerância, os medos. Numa palavra, vivemos uma crise de confiança generalizada em relação ao sistema de democracia participativa vigente. Talvez seja necessário repensar esses mecanismos participativos e insuflar uma

A EDUCAÇÃO GLOBAL OFERECE AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA OS EDUCANDOS SE ENVOLVEREM COMO CIDADÃOS INFORMADOS E CRÍTICOS, CONSCIENTES DOS DESAFIOS ATUAIS E DAS SUAS INTERDEPENDÊNCIAS

nova dinâmica num sistema que aparenta estar ultrapassado.

Num contexto em que deixaram de existir contrapoderes e em que assistimos a uma nociva promiscuidade entre os interesses económicos e financeiros e a classe política, esta reflexão deve incluir todas as partes interessadas, a começar pelas/os educadoras/os, educandas/os e a sociedade civil, envolvendo as autoridades locais e os representantes institucionais.

Para tal impera o desenvolvimento de políticas e processos educativos robustos para garantir planos de ação e impacto a longo prazo;

reformas educativas que não sejam apenas uma sucessiva acumulação de resoluções ou iniciativas deixadas por cada governo, mas sim uma reforma corajosa que assenta numa revisão curricular radical e no reconhecimento e valorização do papel do educador - para que o espaço de aprendizagem e de partilha de competências seja verdadeiramente um espaço que permita uma interação dentro do grupo, de forma inclusiva, com o devido tempo para uma reflexão substancial, e para uma análise crítica dos factos por todas as partes envolvidas, num clima

—

**ESTE PROCESSO NÃO É
ESTÁTICO E DEVE LEVAR
A UMA NECESSÁRIA
REFLEXÃO SOBRE O
DIVÓRCIO ENTRE OS
CIDADÃOS E OS SEUS
REPRESENTANTES
POLÍTICOS, SOBRE A
CRESCENTE POLARIZAÇÃO
DOS POSICIONAMENTOS
POLÍTICOS OU
IDEOLÓGICOS, A
INTOLERÂNCIA, OS MEDOS**

—

**A EDUCAÇÃO NÃO
É RENTABILIZAÇÃO
IMEDIATA, É UM PROCESSO
DE CRESCIMENTO QUE
REQUERE MEIOS E TEMPO
ADEQUADOS**

de cultura democrática de forma a incentivar a participação ativa e a responsabilidade. Mais do que um agente administrativo, o educador é antes de tudo um pedagogo que não deve estar assoberbado em relatórios nem a prestar contas para os incontornáveis *rankings*. A educação não é rentabilização imediata, é um processo de crescimento que requiere meios e tempo adequados.

Apenas neste contexto poderemos aguardar maior envolvimento dos jovens em processos de tomada de decisão relevantes para gerir sociedades e economias em rápida mudança, e assim antecipar desafios globais em vez de resolver crises.

Mais do que nunca, a educação permanece a única garantia para um planeamento mais ético de um futuro sustentável, e partilhado de forma justa, equitativa e respeitadora.

À CONVERSA COM LUÍSA TEOTÓNIO PEREIRA

ENTREVISTA REALIZADA POR

Rita Leote, Diretora executiva da
Plataforma Portuguesa das ONGD

Tendo em conta o contexto atual, fortemente marcado por vários tipos de crises e transformações, que importância e força política tem a EDCG no panorama europeu e nacional? Os países tendem a valorizar a EDCG e a aumentar o financiamento para essa área?

Esta pergunta envolve várias perguntas e questões... Tentando destrinchá-las, tendo a abordá-la a partir de dois prismas: o papel dos “praticantes da EDCG” e o papel dos Estados, principais financiadores da sua concretização em vários domínios organizacionais.

A visão, atuação e persistência dos atores de EDCG em época de múltiplas crises que configuram, na verdade, o que podemos chamar uma crise sistémica, profunda, que vem sendo construída desde há muito tempo, e por isso provoca e provocará grandes transformações, é essencial. Sem a sua afirmação coletiva, e a sua exigência, para consigo próprios e para com outros atores, incluindo o Estado, a experiência acumulada de pensamento crítico, reflexão e ação



A TENDÊNCIA ATUAL DOS ESTADOS, DE FORMA GERAL, E POR VÁRIAS RAZÕES, É PARA SE CONCENTRAREM NOS SEUS PROBLEMAS “INTERNOS” E PARA TOMAREM DECISÕES BASEADAS EM HORIZONTES DE CURTO PRAZO. O QUE É ABSOLUTAMENTE CONTRADITÓRIO COM A INTERDEPENDÊNCIA GLOBAL

pelo bem comum pode esvair-se no contexto ruidoso em que vivemos.

Claro que parece estarmos perante uma “pescadinha de rabo na boca”. Se não houver apoio, nomeadamente financeiro, às organizações e instituições que praticam e aprofundam a EDCG, tudo se torna mais difícil. Mas para que esse apoio exista, ou continue, e até aumente, é preciso que a EDCG esteja viva, seja atuante e exija o que lhe faz sentido como contributo para sociedades mais equitativas, solidárias e sustentáveis.

A tendência atual dos Estados, de forma geral, e por várias razões, é para se concentrarem nos seus problemas “internos” e para tomarem decisões baseadas em horizontes de curto prazo. O que é absolutamente contraditório com a interdependência global e com os desafios de longo prazo que se nos colocam. Neste quadro, a luta pelo reconhecimento, a valorização e o apoio à EDCG é para continuar!

Qual o papel da EDCG na mobilização de cidadãos/ãs, conscientes e implicados na Justiça Global, perante um cenário como o atual de extrema complexidade e interdependência globais?

Crescemos como cidadãos e cidadãs em muitos contextos e de muitas formas. A especificidade da EDCG neste processo é que nela há uma intencionalidade, baseada em princípios e valores como a coerência, a corresponsabilidade, a cooperação, a igualdade, a equidade, a participação, a solidariedade. Não para “dar lições”, para “educar outros”, para dizer “como se deve construir um mundo mais justo”, mas para compreender o que estamos a viver, à luz da história coletiva e da nossa experiência enquanto pessoas, para partilharmos as nossas visões diferentes, para encontrarmos caminhos comuns e caminhos complementares, que contribuirão para esse percurso de transformação social.

Para mobilizar é importante criar espaços e oportunidades de sensibilização, de aprendizagem, de reforço do pensamento crítico, de construção de propostas mais justas e solidárias, na teoria e na prática, e de experimentação refletida.

A TRANSFORMAÇÃO CULTURAL É LENTA, PORQUE O ADQUIRIDO, PESSOAL E INSTITUCIONAL, É MAIS RESISTENTE À MUDANÇA DO QUE PARECE. MUITAS VEZES MUDAM-SE SÓ O VOCABULÁRIO, OU ASPETOS SUPERFICIAIS

É exigente porque é um esforço contínuo e porque há muitos ventos a soprar em direção contrária. Também porque não é fácil vermos os resultados do que fazemos, é um navegar em que as nossas convicções têm de ser fortes e partilhadas.

De que forma é que os vários contextos de aprendizagem (formais e informais) devem ser alterados para alcançar uma educação mais holística, que contribua para uma verdadeira mudança sistémica?

Não depende só da EDCG, mas a EDCG pode contribuir para alterar os paradigmas existentes. A transformação cultural é lenta, porque o adquirido, pessoal e institucional, é mais resistente à mudança do que parece. Muitas vezes mudam-se só o vocabulário, ou aspetos superficiais.

Há alguns pontos (entre outros) que me parecem fulcrais, à luz da ED:

- passar de uma cultura binária para uma cultura plural, da qual os “cinzentos” fazem tanto parte quanto o “preto” e o “branco” - fomos educados na escolha entre o bem e o mal, o bonito e o feio, o feminino e o masculino, a derrota e a vitória, o sucesso e o insucesso... a vida o que nos mostra é que entre um polo e o outro há mundos de possibilidades, de tensões, de combinações...
- acentuar no saber a parte do “compreender”, do aprender a posicionar-se, do explicitar a sua posição e entender a explicitação de outras posições, do construir em comum...
- trabalhar a interligação entre o local e o global, entre cada um/a de nós e o mundo, que está cada vez mais presente na nossa vida diária, e praticamente ausente dos nossos contextos de aprendizagem.

Neste âmbito, qual é o papel que deve ser assumido pelas organizações da sociedade civil? Em que medida e de que forma, a sociedade civil pode inovar no campo da EDCG?

AEDCG é um espaço de encontro e de criação de possibilidades, onde se partilha um horizonte de justiça para a humanidade, enquanto parte da vida do planeta. Um grande desafio hoje para todas as pessoas que se reveem neste horizonte é a sua atomização e acantonamento. É verdade que precisamos de nos sentir acolhidas e nutrirmos um bom sentimento de pertença. A EDCG tem todas as condições, pelas suas perspetivas amplas, interrogativas, aprendentes, de ligação entre o global e o local, de identificação de causas e não só de efeitos,

**(...) A EDCG É UM
ESPAÇO DE ENCONTRO
E DE CRIAÇÃO DE
POSSIBILIDADES,
ONDE SE PARTILHA UM
HORIZONTE DE JUSTIÇA
PARA A HUMANIDADE,
ENQUANTO PARTE DA
VIDA DO PLANETA**

para abrir janelas, bater às portas, estar atenta e disponível para se implicar em várias dinâmicas, propor espaços e ações comuns. A sua lente de reconhecimento e combate às desigualdades, onde quer que se encontrem, às muitas assimetrias que persistem e se aprofundam entre o Norte e o Sul globais, ao valor da solidariedade internacional, é um contributo indispensável.

Neste contexto, a colaboração entre vários tipos de organizações da sociedade civil (formais, informais, mais antigas, mais recentes, locais, de âmbito nacional, focadas em diferentes questões específicas) parece-me uma chave fundamental.



RECURSOS

ARTIGOS/PUBLICAÇÕES

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022

FEC - Fundação Fé e Cooperação e IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr (2018) Guia de Ação Cidadã

Referencial de Educação para o Desenvolvimento (2016)

Fundação Gonçalo da Silveira e CEAUP (2022) Dentro e fora da caixa, ONG e Escolas Juntas na Educação para a Cidadania

North-South Centre - The Council of Europe (2019), Global Education Guidelines

ADRA, AidGlobal, FCL, FGS, IMVF, Mundo a Sorrir e Rosto Solidário (2022) A urgência de Ler o Mundo: Pobreza e Desigualdades

Global Education Network Europe (2020) The State of Global Education in Europe 2019

Plataforma Portuguesa das ONGD (2018), Ficha Temática de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global

Concord Europe (2018) Global Citizenship Education: How much do we care?

Global Education Network Europe (2022), The European Declaration on Global Education to 2050

UNESCO (2022) Berlin Declaration on Education for Sustainable Development; Learn for our planet: act for sustainability

SITES

Academic Network on Global Education & Learning

Centro Norte-Sul

Dicionário do Desenvolvimento

Global Education Network Europe

Sinergias ED

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS
ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
ADIRN ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE
ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA
ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA
AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL
AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL
AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO
APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO
APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA
APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA
ASSOCIAÇÃO AVOAR
ASSOCIAÇÃO CUERAMA
ASSOCIAÇÃO HELPO
ASSOCIAÇÃO HORIZONTES
ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS
ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
BRIGADA DO MAR
CÁRITAS PORTUGUESA
CHAPITÔ
CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL
CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS
EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
EQUIPA D'ÁFRICA
EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL
FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA
FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO
FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA
FUNDAÇÃO BOMFIM
FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT
FUNDAÇÃO TERESA REGOJO
PARA O DESENVOLVIMENTO
G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

GIRL MOVE PORTUGAL
GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL
HEALTH4MOZ
HUMANITAVE ASSOCIAÇÃO DE EMERGÊNCIA HUMANITÁRIA
ICE INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS
IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR
IPAV INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA
KARINGANA WA KARINGANA ASSOCIAÇÃO
LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO
MDM MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL
MENINOS DO MUNDO
MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL - ACE
MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE
MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES
OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA
ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
PROSOCIAL ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS
ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO
SAPANA
SAÚDE EM PORTUGUÊS
SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS
SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO
TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS
UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF
URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO
VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO
VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL
WACT WE ARE CHANGING TOGETHER

Em colaboração com



Com o apoio de

